

**A GUERRA E
AS GUERRAS
COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

**JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.**

AS MULHERES ENTRE A GUERRA E A PAZ (1914–1920)

Adília Fernandes

0000-0002-9246-7745

Resumo: As mulheres estiveram, historicamente, relegadas para os espaços alheios ao teatro de guerra. Ausentes do poder político, ligado ao poder militar, bem como do campo das decisões públicas em geral, a elas pertencia, exclusivamente, o papel de mães, filhas, irmãs e namoradas dos combatentes. Contudo, com a I Guerra Mundial, vemo-las a participar, ativamente, na sua sustentação e na da sociedade, ocupando o vazio deixado pelos homens. Aparecem em postos de decisão, na espionagem, nas enfermarias dos hospitais militares, nas fábricas de munições, em trabalhos de infraestruturas, «quase nas trincheiras». Esta intervenção, de patriotismo e de sacrifício, trouxe-lhes assinaláveis conquistas em direção à desejada mudança da sua condição, o que passou a corresponder a uma das marcas sociais mais notáveis do pós-guerra. Paralelamente, organizaram-se para apoiarem as vítimas e empenharam-se na construção da normalidade e da paz, com uma importante presença nas políticas internacionais que as visavam. Se esta posição congregou os esforços de todas no final do conflito, no seu decurso, alguns grupos adotaram a retórica militarista

e patriótica, abalando a tradicional imagem das mulheres como «anjos da paz» e a convicção de o serem por natureza.

Palavras-chave: Mulheres, I Guerra Mundial, Intervenção, Paz

Abstract: Women have always been far from war theatres. Distant from political and military powers, as well as from public decisions in general, they were only seen as mothers, daughters, sisters, and girlfriends of the combatants. However, with World War I, we see them providing their sustenance and developing their work for society, occupying the emptiness left by men. They appear in decision-making posts, in espionage, in the wards of military hospitals, in ammunition factories, in infrastructure works, «almost in the trenches». This intervention, of patriotism and sacrifice, brought them remarkable achievements towards the desired change of their condition, which came to correspond to one of the most remarkable social marks of the post-war period. At the same time, they organized to support the victims and engaged in the construction of normality and peace, with an important presence in the international policies that aimed them. If this position brought together everyone's efforts at the end of the conflict, in the course of their struggle some groups adopted militaristic and patriotic rhetoric, shaking the traditional image of women as «angels of peace».

Keywords: Women, World War I, Intervention, Peace

A história das mulheres renovou, consideravelmente, a história das guerras após a Grande Guerra, que privilegiou, até então, os aspetos militares, políticos e diplomáticos. A partir deste conflito, passou a atender-se às múltiplas experiências femininas e ao seu impacto nas sociedades ocidentais, situações excepcionais que romperam com o tradicional olhar sobre as guerras e as suas consequências.

As mulheres estiveram, historicamente, excluídas do âmbito da guerra na cultura ocidental. Esta constatação supõe, por um lado, que também estiveram ausentes do poder político, ligado ao poder militar, bem como do campo das decisões públicas em geral e, por outro, que a sua vida ocorreu, sobretudo, nos espaços de paz, entendida como ausência de guerra. Aqui, eram o apoio moral dos soldados, o suporte da vida familiar e social, no seio de um patriotismo diferente do dos homens, «que não possui a brutalidade de um instinto ou a austeridade de uma ideia»¹, nem se obriga ao amor abstrato pelo país, pelo dever ou pela honra.

Esta realidade alterou-se com o primeiro conflito mundial do século xx. Embora convictas de que não eram responsáveis pelas decisões no campo político, porque dele estavam excluídas, as mulheres entendiam que deviam assumir obrigações em face da contenda, disponibilizando os seus serviços às sociedades em guerra.

Decorria a luta pelo direito ao voto, prioritária no processo da emancipação da mulher e que conduziria à divisão entre sufragistas pacifistas e belicistas. Os postulados apresentados por um e outro lado convergiram quanto à premência na adoção de determinadas práticas. Como argumentava a sufragista inglesa Millicent Fawcett, que presidia ao fórum convocado pela organização Mulheres pela Paz, em Londres, no dia 2 de agosto de 1914, um dia depois da

¹ Cf. GRAYSEL, Susan R. – «Mothers, Mairaines and Prostitutes: Morale and Morality in First World War». *The International History Review*. University of St. Andrews: Routledge. ISSN 0707-5332. Vol. 19, Issue 1, 1997, p. 66.

declaração da guerra da Alemanha à Rússia: «Enquanto havia qualquer esperança de paz (...) procurou-se a paz (...). Mas agora temos outro dever. Agora é o momento para um esforço enérgico e de autossacrifício de todas»².

Assim, a causa bélica deveria interromper a luta pelo sufrágio. No apelo às mulheres francesas, feito no jornal *Le Citoyen*, no dia 3 de setembro de 1915, Marguerite de Witt-Schlumberger, presidente da União Francesa para o sufrágio das mulheres, usou de igual tom, ao subordinar os desejos mais legítimos delas às necessidades da defesa nacional, dever imperioso e superior de que eram incumbidas. E acrescentava: «Toda a mulher que, na hora presente, enfraqueça o sentido do dever que o homem tem para com a Pátria, será uma criminosa»³.

O vazio de mão de obra, deixado pelos homens que iam para a frente, foi rapidamente preenchido pelas mulheres que passaram de funções passivas e privadas para um papel ativo e público. Elas sustentaram o Estado e a guerra nos postos de decisão, em trabalhos de infraestruturas, nas enfermarias dos hospitais militares (onde personificavam a figura pioneira de Florence Nightingale, na guerra da Crimeia), nas fábricas de munições, na resistência, na espionagem⁴. O seu trabalho nas fábricas não constituía qualquer novidade, o seu eco resultou, apenas, do tipo de tarefas que desempenharam e do grande número que nelas se ocuparam.

Convocavam-se as mulheres de todos os estratos sociais, como ilustra as que integravam a espionagem. Eram escolhidas segundo determinados critérios: pertencerem, de preferência, a famílias cul-

² Cf. NASH, Mary – *Mujeres en el Mundo – Historia, Retos y Movimientos*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 149.

³ Cf. DE WITT-SCHLUMBERGER, Marguerite – «Appel aux femmes françaises». *Le Citoyen, Organe de Concentration Républicaine*. Quimper. ISSN 2022-8066. 10^e Année, 3 septembre 1915, p. 1.

⁴ MORIN-ROTUREAU, Évelyne (Dir.) – *Combats de femmes 1914–1918. Les femmes, pilier de l'effort de guerre*. Paris: Autrement, 2004, p. 84 (tradução nossa).

tas; dominarem várias línguas; usufruírem de desafogo financeiro; terem uma boa rede de relações; gozarem de independência familiar. Nem sempre as mulheres eram louvadas pelos seus desempenhos, aspeto que as espias, igualmente, ilustram. Se estas foram alvo de enaltecimento (algumas delas vieram a ser consideradas mártires), provocaram, também, reprovação (a sua atuação afastava-se da moral e do código de boa conduta). Não é consensual que a sua atividade, à margem das leis da guerra, tenha favorecido esta, atitude a que não é alheio o secretismo em que decorreu e que levanta obstáculos, por razões diplomáticas, a um total esclarecimento. A maioria das espias conheceu a prisão e, muitas delas, a condenação à morte por fuzilamento⁵.

De acordo com a *Ilustração Portuguesa*, de 1917, o fenómeno da movimentação das mulheres, que decorreu em variados terrenos, conheceu, em Inglaterra, perto de meio milhão⁶.

No jornal *A Guarda*, de 10 de agosto de 1918, sob o título «Crónica da guerra» e subtítulo «Mulheres na guerra», lê-se que neste país havia um exército de 40 000 «soldadas», encontrando-se 6 000 em França. Eram graduadas e com as mesmas distinções e garantias dos homens, ascendendo a oficiais com 25 anos. De acordo com uma carta que o periódico publicou, de uma sargente, existia um exército de mulheres para os homens irem para a guerra, substituindo-os na cozinha e nos trabalhos nos campos. A autora do relato dizia que o seu dia a dia era a de um militar e que integrava um grupo de mil mulheres que habitavam em pequenas casas de madeira, perto de três acampamentos de soldados. Perspetivava a ida para França, pois

⁵ Cf. ANTIER, Chantal – «Résister, espionner: nouvelle fonction pour la femme en 1914-1918». *Guerres mondiales et conflits contemporains. Renseignement et espionnage en 1914-1918*. Paris: Presses Universitaires de France. ISSN 0984-2292. Vol. 4, n.º 232, 2008, p. 143-154.

⁶ Cf. «A mulher e a guerra». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empreza do Jornal *O Seculo*. 2.ª Série. N.º 585, 7 de mai. de 1917, p. 364.

não seria justo que cada um deixasse de fazer o possível pela sua pátria em tempo tão cruel.

A mobilização apresentava-se como uma vantagem, porque dilatava e incorporava a sua atuação, percebida como uma necessidade na indústria, na agricultura e no mundo militar. O serviço estatal configurava-se como uma componente vital de ampliação da cidadania, o que veio, de facto, a suceder. As mulheres alcançaram uma mudança na sua condição, todavia, tal processo não foi isento de elevados custos. Estudos revelam-nos que foram vítimas de tensas demonstrações de hostilidades nos espaços em que se movimentaram, tanto na fronteira da guerra na Europa como na pátria, espaços até então exclusivamente masculinos⁷.

A Primeira Guerra estimulou a atividade das mulheres no seio de associações vocacionadas para a assistência aos soldados feridos e às suas famílias e para a angariação dos fundos necessários a todo o apoio que se propunham realizar. Em Portugal, surgiu a Comissão Feminina pela Pátria, criada por Ana Augusta de Castilho e Ana de Castro Osório em 1914, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, iniciativa de Elzira Dantas Machado, mulher de Bernardino Machado, e de Ana de Castro Osório, e a Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra nascidas, as duas últimas, em março de 1916, mês da proclamação do estado de guerra em Portugal.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas ficou com a responsabilidade da Obra Maternal, vocacionada para a assistência aos órfãos da guerra, em 1916, criada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas em 1909 e, em 1917, instituiu as Madrinhas de Guerra. No ano seguinte, nasceu a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra.

Estas associações desdobraram-se em inúmeras atividades de que é exemplo o *Relatório de Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918*, da

⁷ Cf. JENSEN, Kimberly – *Mobilizing Minerva: American Woman in the First World War*. Urbana: University of Illinois Press, 2008.

Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra (figura n.º 1), sediada no Porto e com uma congénere na capital e que integrava mulheres da aristocracia monárquica. Neste espaço de tempo foram subsidiadas 3 334 famílias, para além da ajuda aos militares regressados feridos, mutilados ou gaseados, e o que prestaram aos prisioneiros de guerra na Alemanha, com o envio de dinheiro e de encomendas de alimentos e roupa. Teve um importante papel no combate ao tifo e junto das famílias «tifosas» dos mobilizados, articulando-se com outros organismos, como o Sanatório Marítimo. Apostou na formação de enfermeiras, contribuindo para a constituição do Grupo Auxiliar das Damas Enfermeiras.

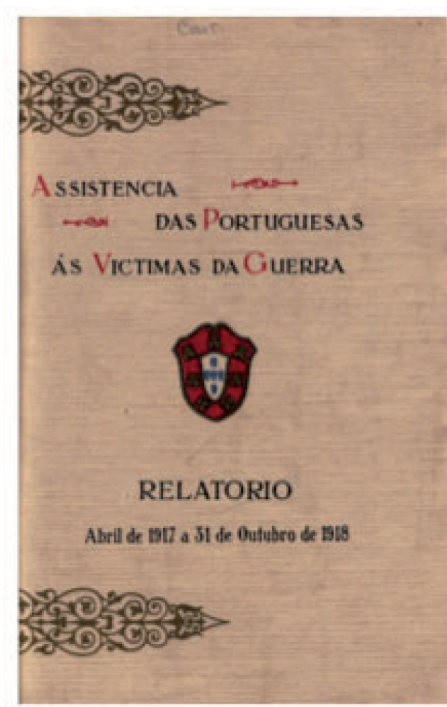


Figura n.º 1 – *Relatório. Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918.*
Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra.

Disponha de receitas angariadas em serões de arte, rifas, festas de caridade e na Venda da Flor, entre outras iniciativas. Recebia subsídios de operários portugueses a trabalharem em Inglaterra, de jornais, como *O Dia*, *Commercio do Porto* e *Jornal de Noticias*, da Juventude Monárquica e de diversas personalidades, como os Condes de Lumbralles e o general António Bernardo Ferreira, entre outros. Na sua atividade destacaram-se Maria Amélia de Carvalho Burnay, Maria Josefa de Melo e Maria Van Zeller.

Um importante contributo feminino processou-se através das enfermeiras. Em junho de 1918, 12, do Grupo Auxiliar das Damas Enfermeiras ao serviço da Cruz Vermelha Portuguesa, acompanharam o Corpo Expedicionário Português. Partiram para França 82, sendo 56 equiparadas a alferes e 26 a praças. Francisca Dantas Machado, filha de Bernardino Machado (figura n.º 2), fez parte desse grupo, exercendo a sua profissão no hospital militar de Hendaye, fundado pelo Corpo Expedicionário Português (CEP), localidade onde permaneciam exilados os seus pais. Francisca terá exercido, assim, um trabalho de retaguarda.



Elzira Dantas Machado



Maria Francisca Dantas Machado

Figura n.º 2 – Elzira Dantas Machado e Maria Francisca Dantas Machado, respetivamente esposa e filha de Bernardino Machado.

Às enfermeiras, formadas pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, foi entregue o trabalho no Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, fundado por esta associação. O decreto de 28 de agosto de 1918 regulamentou o recrutamento das enfermeiras militares.

A identificação das mulheres com a guerra oscilou entre posições pacifistas e militaristas. Na sua base estava o desejo de alcançarem o direito ao voto, objetivo no qual todas elas se centravam. Uma das explicações dessa identificação residia na crescente militarização da sociedade europeia, desde a segunda metade do século XIX. À medida que o conflito se convertia num assunto corrente, os valores militares permeavam a sociedade e a definição de cidadania marcava o dever de segurar em armas para a defesa da pátria. Se muitas mulheres consideravam que o patriotismo e a participação na luta bélica era a via política mais acertada para obterem o sufrágio no pós-guerra – posição que abalou a imagem das mulheres como «anjos da paz» e a convicção tradicional de que o eram por natureza –, outras recusaram-na, abertamente, e desenvolveram um nexos entre sufrágio e pacifismo. Associavam este à justiça social, à igualdade e aos direitos humanos, logo, ao direito das mulheres ao voto.

Para as pacifistas, apoiar o argumento belicista significava o domínio da força física sobre a persuasão moral e, portanto, o domínio masculino sobre as mulheres e sobre todas as instituições sociais. O militarismo, argumentavam «tinha sido a maldição das mulheres, como mulheres, desde o primeiro amanhecer da vida social»⁸.

Para umas e outras, a maternidade era um ponto fulcral a ter em conta. As militaristas comparavam-na ao serviço militar e evitá-la correspondia, segundo elas, a um ato de deserção e de negação do direito de cidadania. As pacifistas entendiam que os soldados, depois de terem vivido os horrores da guerra, não desejariam ter filhos aos quais poderia oferecer-se idêntico destino. Estas posições, analisadas

⁸ Cf. NASH, Mary – *Mujeres en el Mundo...*, p. 152.

de qualquer ângulo, remetem-nos para as fronteiras entre guerra e lar, permeadas pela moralidade e sexualidade femininas.

Apontava-se o trabalho nas fábricas, sobretudo, nas de munições, de concorrer para a mortalidade infantil, pelas deficientes condições em que se executava, pela dureza das tarefas e pelo excessivo número de horas exigido. A necessidade de repovoamento dos países, depois da guerra, pela incomensurável perda de homens, trouxe estas preocupações para debate, como aconteceu em França. Adolphe Pinaud, líder pró-natalista, acentuava que a única aptidão natural das mulheres era a «produção de crianças», indispensável para a «segunda vitória, como as munições o eram para a primeira». Logo, maternidade e trabalho fabril revelavam-se incompatíveis. Os opositores a estas ideias argumentavam que se a maternidade constituía um obstáculo à sobrevivência económica, as mulheres optariam pela «esterilização voluntária, pelo aborto e abandono». Daí, serem contrários a que se impedisse o acesso às fábricas, porque prejudicaria o esforço da guerra e a ordem moral. Uma resposta similar plasmou-se nos jornais feministas, como *L'Action Féminine*, incidindo, simultaneamente, na defesa dos direitos da mulher ao trabalho. O governo francês e a Academia de Medicina optaram por medidas governamentais de proteção às mães e aos filhos, aliando reprodução e produção, olhada como a mais elevada expressão do patriotismo feminino.

A nova existência da mulher expunha-a a comportamentos de relaxe moral, como a prostituição. Esta prática exigiu dos governos, como do francês, extremos cuidados. Favoreceu o estabelecimento das *maisons tolérées*, meio de controlo das doenças venéreas, nomeadamente, entre os soldados, e forma de evitar a *femme isolée* que escapava à regulamentação⁹.

⁹ O consumo de álcool tornou-se corrente entre as mulheres e arrastou medidas sobre os lugares onde se consumia, como os bares. Ao álcool associava-se a prostituição. Cf. GRAYSEL, Susan R. – «Mothers, Mairaines and Prostitutes...», p. 78-79. Leia-se, sobre o regulamentarismo, FERNANDES, Adília – «Entre a tolerância e

Desde a criação da primeira sociedade feminina a favor da paz, em 1868, em Genebra, que se verificava uma corrente pacifista relativamente consolidada. Daí, e apesar da aceitação geral da retórica nacionalista e patriótica ter debilitado os seus postulados, as pacifistas conseguiram desenvolver um extenso movimento contra a guerra que se aglutinou, em 1915, na Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade, surgida nos Estados Unidos da América (representada, hoje, em 37 países). As mulheres reivindicavam o direito de elaborarem políticas de dimensão internacional no fomento da paz, assim como de participarem na articulação das bases dos pactos internacionais do pós-guerra. Uma das suas presidentes, Jane Adams, e uma das suas líderes, Emily Greene Balch, ambas dos Estados Unidos da América, foram galardoadas com o Nobel da Paz, em 1935 e 1946, respetivamente. Neste ano, celebrara-se, em Haia, o Congresso Internacional das Mulheres pela Paz, que fundou a Liga. Teve 1 136 participantes de países neutrais, países da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança, mulheres de países em confronto. O programa que esta organização subscreveu, autêntica ofensiva diplomática, foi reconhecido pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, que contou com a colaboração de Jane Adams na elaboração dos 14 pontos da resolução para a paz. O Manifesto, saído do Congresso, levou as suas delegadas a encontros com políticos das altas esferas e com o Papa.

Com início em 1915 e auge em 1917/1918, a Inglaterra conheceu a Cruzada das Mulheres pela Paz, com destacadas líderes socialistas como Rosa Luxemburgo, polaco-germana, ou Clara Zetkin, alemã.

a repressão – a problemática da prostituição feminina». *Revista Campos Monteiro – História, Património, Cultura*. Torre de Moncorvo: Palimage Editores. ISSN 1646-2181. N.º 4, 2009, p. 9-23 e FERNANDES, Adília – «Considerações em torno de um *Livro de Matrículas das Toleradas*, Vila Nova de Famalicão». *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. ISSN 0871-3308. Ano III, 2007, p. 87-95.

Na Conferência de Paz de Paris, aberta em 1919 e encerrada em 1920, as mulheres defenderam que se disponibilizassem recursos, a nível mundial, para a ajuda humanitária internacional. No segundo Congresso Internacional de Zurique, em 1919, a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade denunciou os termos do Tratado de Versailles como um esquema de represálias dos países vencedores e passível de conduzir a uma nova guerra mundial.

Nestes encontros, as mulheres vincaram o desejo de um papel interveniente e não apenas o de concertarem os estragos que a guerra causava.

Os signatários do Tratado de Versailles criaram, em 1919, a Sociedade das Nações, instrumento para assegurar a paz. A sua falência deu-se após a Segunda Guerra Mundial, seguindo-se-lhe a Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivos idênticos.

Numa carta endereçada a Bernardino Machado, em 1926, remetida de Genebra, Virgínia de Castro e Almeida informava que iniciara funções no Secretariado da Sociedade das Nações. Na sua opinião, este organismo poderia contrariar a hora ameaçadora que se vislumbrava, alertando para os males do nacionalismo exagerado e do isolamento. Agradecia a Bernardino Machado a confiança que havia depositado nela¹⁰.

Em Portugal, um núcleo de feministas vinculou-se, em 1906, à associação *La Paix et le Désarmement par les Femmes*, nascida em Paris, em 1899, que investiu na política de desarmamento da Europa. Era dirigida por Adelaide Cabete, Albertina Paraíso, Domitila de Carvalho e Carolina Beatriz Ângelo, entre outras. Ainda em 1906, apareceu a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, com dirigentes comuns àquela e com objetivos de propaganda pacifista.

¹⁰ Correspondência pessoal de Bernardino Machado. Carta remetida de Genebra, em 1926, por Virgínia de Castro e Almeida. Arquivo Particular do Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão.

Os fundamentos que justificavam estas iniciativas foram negados pelas atitudes de apoio dos seus elementos à intervenção de Portugal na Grande Guerra e pela recusa em participarem no Congresso de Haia, em 1915, devido, em parte, a posições nacionalistas.

As consequências fraturantes geradas pelo conflito convocavam o papel humanizante da mulher. Sob o título «Capelães no exército» e subtítulo «As mães portuguesas reclamam-no num manifesto», o artigo inserto na primeira página do jornal de Bragança, *Legionario Transmontano*, de janeiro de 1915, reproduzia o apelo do cardeal Cerejeira ao Presidente da República, para que as tropas em campanha tivessem a presença de sacerdotes. A referência às mulheres surgiu, apenas, no subtítulo como reforço e condição primeira da solicitação apresentada. Em novembro de 1916, o Ministro da Guerra autorizou que fosse dada a assistência religiosa aos militares.

Enaltecia-se a «força poderosíssima» da mulher posta ao serviço da grandeza e da salvação nacional, ao entregarem os seus para os campos de batalha, sublimando a sua perda em sentimentos de orgulho e de glória, como ilustra o artigo de primeira página intitulado «A mulher portuguesa em face da guerra», do jornal de Bragança, *O Trasmontano*, de junho de 1916.

A mulher marcou, do mesmo modo, o pós-guerra, que reclamava o regresso à normalidade. Ao contributo moral e filantrópico juntara-se a sua capacidade de mobilização, predisposição laboral e o indiscutível papel social, desempenho impossível de ignorar e de que não quis ser desapossada no momento em que os homens regressaram. A importância da sua cooperação levou-a a tomar consciência de que as ocorrências exteriores eram, afinal, mais importantes para a vida familiar do que os pequenos incidentes do quotidiano. O mundo laboral feminino, pelas suas relevantes implicações, juntou-se às grandes convulsões sociais do pós-guerra.

Os novos tempos vêm a conhecer uma redefinição da feminilidade e dos seus limites convencionais, remetendo para o passado

a retórica sobre o tradicional arquétipo de anjo do lar. A socialização e a emancipação da mulher que exigiam abalaram valores prioritários e fundamentais, como a família. Mulher, trabalho e família revelaram-se como universos fragmentados, antagónicos, que provocaram ruturas, campo de estudo que dispõe, já, de uma importante historiografia.

Também a nova mulher se desenhou nesse diferente padrão de feminilidade. Revelada pela obra de Henrik Ibsen, *Maison de Poupée* (1879) e modelada pela obra *La Garçonne* (1922), de Victor Margueritte, a nova mulher apresentou-se num estilo masculinizado, estilizada e *coquette*, boémia e dinâmica. Assumiu-se como o símbolo da mulher emancipada, ativa e urbana, centrada no seu valor pessoal e no acesso às funções públicas.

Os processos identitários das mulheres, resultantes da sua participação na Primeira Guerra, fizeram temer que a sua capacidade reprodutora ficasse enfraquecida, danificando as gerações seguintes, e prejudicassem o seu papel na transmissão dos costumes essenciais – mais fortes do que as leis –, destino que lhes conferia uma missão civilizadora. Este temor foi acentuado pelo contexto ideológico do momento, porque a população traduzia o potencial básico para as ambições expansionistas das nações.

Exigia-se, pois, que as coisas e os sexos retornassem ao seu lugar, o que foi levado à prática pelos regimes totalitários e seus sucedâneos, como o salazarismo, implicando o regresso da mulher ao lar.

Os contributos das mulheres para a paz foram reconhecidos em outubro de 2000, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, uma resolução que ficou conhecida como a Resolução 1 325, sobre a mulher, a paz e a segurança. Faz parte do direito internacional e constitui um documento histórico com múltiplas implicações significativas. Determina uma efetiva participação das mulheres na construção da paz e na reconstrução no

pós-conflito e reforça as medidas em torno da sua proteção em períodos de conflitos¹¹.

Referências bibliográficas

- «A mulher e a guerra». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empresa do Jornal *O Seculo*. 2.^a Série. N.º 585, 7 de mai. de 1917, p. 362-364.
- ANTIER, Chantal – «Résister, espionner: nouvelle fonction pour la femme en 1914-1918». *Guerres mondiales et conflits contemporains. Renseignement et espionnage en 1914–1918*. Paris: Presses Universitaires de France. ISSN 0984-2292. Vol. 4, n.º 232, 2008, p. 143-154.
- Correspondência pessoal de Bernardino Machado. Carta remetida de Genebra, em 1926, por Virgínia de Castro e Almeida. Arquivo Particular do Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão.
- DE WITT-SCHLUMBERGER, Marguerite – «Appel aux femmes françaises». *Le Citoyen, Organe de Concentration Républicaine*. Quimper. ISSN 2022-8066. 10^e Année, 3 septembre 1915.
- FERNANDES, Adília – «Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas, Vila Nova de Famalicão». *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. ISSN 0871-3308. Ano III, 2007, p. 87-95.
- «Entre a tolerância e a repressão – a problemática da prostituição feminina». *Revista Campos Monteiro – História, Património, Cultura*. Torre de Moncorvo: Palimage Editores. ISSN 1646-2181. N.º 4, 2009, p. 9-23.
- GRAYSEL, Susan R. – «Mothers, MARRAINES and Prostitutes: Morale and Morality in First World War». *The International History Review*. University of St. Andrews: Routledge. ISSN 0707-5332. Vol. 19, Issue 1, 1997, p. 66-82.
- GROOME, Helen et alli. – *Con qué Derechos estamos seguras*. Bilbao: Tercera Prensa/Hirugarren Prentsa S. I., 2007, 203 p. ISBN 978-84-87303-98-2.
- JENSEN, Kimberly – *Mobilizing Minerva: American Woman in the First World War*. Urbana: University of Illinois Press, 2008, 264 p. ISBN-13 978-0252074967.
- MORIN-ROTUREAU, Évelyne (Dir.) – *Combats de femmes 1914–1918. Les femmes, pilier de l'effort de guerre*. Paris: Autrement, 2004, 256 p. ISBN 978-2746705159.
- NASH, Mary – *Mujeres en el Mundo – Historia, Retos y Movimientos*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, 336 p. ISBN: 9788420642055.

¹¹ Para um conhecimento mais detalhado deste e de outros documentos respeitantes aos direitos das mulheres nos contextos da paz e da guerra, leia-se GROOME, Helen et alli. – *Con qué Derechos estamos seguras*. Bilbao: Tercera Prensa/Hirugarren Prentsa S. I., 2007.